



Dora Sampaio,
*MIGRARE, Centro de Estudos Geográficos, Instituto
de Geografia e Ordenamento do Território*

dorasampaio@campus.ul.pt

Migrações pós-reforma em áreas rurais de baixa densidade do Algarve: novas teias de mobilidade da população em idade de reforma

Regiões, Redes e Mudanças Globais

1. Introdução

Desde o início da década de 70 do século passado que, tal como salienta um dos estudos da OCDE (OCDE, 1999, cit. por Lardiés, 1999), paralelamente ao acréscimo de novas formas de mobilidade transnacional no contexto europeu, registou-se um declínio da importância relativa das migrações orientadas por questões económicas e laborais, designadamente para a Europa continental.

Com efeito, verifica-se um interesse crescente pelas novas formas de mobilidade transnacional, designadamente pelas migrações pós-reforma, cujo incremento tem sido assinalável desde a década de 1960 – aproximadamente 7% ao ano (Warnes, 2004: 148).

Num contexto de alteração do espectro migratório internacional, o acréscimo das migrações pós-reforma prende-se com factores de índole política, económica, socio-demográfica, cultural e institucional, dos quais se podem destacar, de forma sucinta – a criação de um espaço de livre circulação interna dentro do espaço europeu; o aumento dos rendimentos e, por conseguinte, do poder de compra; incremento da esperança média de vida; acréscimo das experiências turísticas e conhecimento do mundo e difusão da reforma antecipada.

Considerando unicamente a comunidade britânica, a mais representativa no contexto das migrações pós-reforma para a bacia mediterrânica, Warnes (Warnes et. al., 1999: 717, 718) ressalta que, na segunda metade da década de 90 do século XX, a taxa de crescimento do

número de pensionistas (migrantes pós-reforma) em França, Itália, Espanha e Portugal, superava já o de algumas áreas anglófonas, de que são exemplo o Norte da América e Australásia.

No que respeita ao caso português, desde os anos 30 do século XX, que algumas comunidades do Norte da Europa, das quais se destacam os pensionistas britânicos, se fixaram em algumas áreas do Algarve. No entanto, a consolidação do fenómeno decorreria somente a partir da segunda metade do século passado, intimamente relacionada com a difusão e afirmação do Algarve enquanto destino turístico internacional (Williams e Patterson, 1998). Estes autores salientam ainda os padrões de difusão dos migrantes pós-reforma na região algarvia, que se caracterizam por uma disseminação delimitada, não apenas à estreita faixa litoral, mas estendendo-se também às áreas de serra e barrocal mais acessíveis.

Efectivamente, de acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, 2008), 40% dos 72 165 estrangeiros residentes no Algarve são provenientes de países da União Europeia e, dentro desta categoria, mais de um terço são provenientes do Reino Unido.

O ensaio apresentado possui, deste modo, um carácter eminentemente exploratório, procurando incidir em duas dimensões de análise: por um lado, procura aflorar as questões centrais desta temática do ponto de vista teórico-conceptual e, por outro, discute os principais dados e indicadores que permitem caracterizar estes movimentos migratórios, recorrendo, para o efeito, ao último recenseamento geral da população (Censos 2001), bem como às estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Complementarmente, procura-se ainda, recorrendo a uma inventariação das principais variáveis de caracterização do fenómeno, identificar e delimitar geograficamente áreas homogéneas no contexto das Áreas de Baixa Densidade do Algarve (ABDA), i.e. áreas que apresentam padrões migratórios pós-reforma similares.

A análise, que se inicia com a revisão bibliográfica e discussão crítica das ideias centrais defendidas pelos autores com maior incidência na temática, prossegue com a discussão dos principais dados e indicadores que permitem caracterizar estes movimentos migratórios, culminando com a aplicação da técnica multivariada da análise de clusters.

A presente comunicação, mais do que conferir respostas definitivas relativamente ao fenómeno das migrações pós-reforma em ABDA, tópico ainda relativamente inexplorado, procura sobretudo fomentar a discussão em torno desta temática, bem como contribuir para delinear novas linhas de investigação.

2. Migrações pós-reforma: um novo enfoque sobre os fluxos migratórios internacionais

A migração internacional de reformados não constitui um fenómeno recente, sendo possível situar a sua origem nos importantes contingentes populacionais que, durante o século XVIII, se deslocavam do Norte da Europa, em direcção aos resorts da costa mediterrânica (King, Warnes e Williams, 2000). Contudo, é apenas na segunda metade do século XX que o fenómeno das migrações pós-reforma se viria a difundir e consolidar.

Ao nível teórico-conceitual, as migrações orientadas pela procura de amenidades, também designadas como “aspirational migrations”, encontram-se intimamente relacionadas com os fenómenos da contra-urbanização, “rural rebound” e gentrificação rural (Gosnell e Abrams, 2009).

Em síntese, pode-se identificar este fenómeno como “o movimento de pessoas orientadas pela procura de amenidades naturais e/ou culturais”. Poderemos, todavia, incluir também nesta definição conceitos como turismo residencial e residência secundária? Qual a fronteira entre eles, e de que forma mensurá-la?

2.1 Migrações pós-reforma: das velhas teias de mobilidade aos novos mapas migratórios

No que respeita à expressão territorial desta forma de mobilidade, é importante destringir entre dois níveis: a distribuição geográfica do fenómeno e escala de análise. No que se refere ao primeiro, é possível identificar dois importantes focos de migrações pós-reforma, a nível internacional: i) no contexto do continente americano, salienta-se a questão da mobilidade sazonal e permanente de canadianos e norte-americanos em direcção à América Central – designados “snowbirds” – de onde se destacam como principais destinos o México e Panamá (Dixon, Murray e Gelatt, 2006); ii) na Europa, destacam-se os movimentos de norte-europeus para o Mediterrâneo (King, Warnes e Williams, 1998, 2000; Rodríguez, Fernández-Mayoralas e Rojo, 1998; Gustafson, 2001, 2002, 2008; Casado-Díaz, 2006).

Na transição do continente europeu para o continente asiático, é também possível identificar movimentos pós-reforma. Efectivamente, com o crescente processo de democratização e integração europeia da Turquia, as questões culturais e religiosas deixaram de ser examinadas como um obstáculo, passando a ser analisadas como “atípicas” e “exóticas” e, por isso, atractivas do ponto de vista turístico e, por conseguinte, de fixação de migrantes europeus. As cidades costeiras mais ocidentais, de que se podem destacar Alanya, Fethiye ou Didim, constituem os principais destinos dos reformados europeus, sobretudo britânicos e alemães (Balkir e Kirkulak, 2007).

No que respeita ao extremo oriente, Ono (2008) salienta a importância do turismo de longa duração – *rongsutei* –, que, numa perspectiva holística, se encontra profundamente relacionado com o fenómeno da migração pós-reforma. O envelhecimento da população japonesa, bem como o seu elevado poder de compra e a procura de maior qualidade de vida,

tem conduzido à saída de reformados do país, em direcção a destinos como a Malásia, Tailândia, Havai e Austrália.

O continente africano continua a ser o espaço geográfico com menor intensidade de fluxos pós-reforma (regionais ou transnacionais). Embora não abundem estudos sobre esta temática, é possível verificar a existência de inúmeros sítios electrónicos britânicos, que procuram fomentar estas deslocações para a África do Sul¹. O maior grau de desenvolvimento económico, estabilidade política e financeira, quando comparado com os restantes países africanos, bem como a facilidade linguística e as amenidades existentes, constituem as principais mais-valias que poderão incrementar esta dinâmica emergente.

Paralelamente ao fenómeno analisado a uma escala internacional, em alguns países, sobretudo aqueles de maior dimensão geográfica e diversidade climática/cultural, assumem particular relevância as migrações pós-reforma inter-regionais.

Nos EUA, os destinos pós-reforma concentram-se, como seria expectável, nas regiões mais amenas, tais como Florida, Texas e o deserto Sudoeste. No entanto, é também de salientar concentrações no Sul/Sudeste, que seria, à partida, menos atractivo, em locais como as montanhas Ozark e a Appalachia, demonstrando-se assim que o fenómeno das migrações pós-reforma não se limita às regiões com faixa costeira (Brown e Glasgow, 2008).

Na Austrália, a mobilidade interna dos migrantes pós-reforma é também significativa. Os designados “lifestylers” procuram particularmente locais costeiros para passar os últimos anos da sua vida (Curry et al., 2001 cit. por Gosnell e Abrams, 2009).

No continente asiático, embora o fenómeno esteja ainda menos explorado é possível identificar movimentos migratórios pós-reforma com origem em Hong-Kong, em direcção à China continental (Chou, 2007). Efectivamente, face ao desenvolvimento sócio-económico deste território, associado ao baixo custo de vida e qualidade ambiental de algumas regiões, é estimado que cerca de 6,5% dos reformados de Hong-Kong tenha imigrado para a China, especialmente para o estado de Guangdong, província adjacente (Chou, 2007: 367).

2.2 A complexa trama de mobilidade da população em busca de amenidades: turismo residencial, residência secundária ou migração pós-reforma?

Os conceitos de turismo residencial, residência secundária² e migração pós-reforma constituem um complexo quadro conceptual, associado a diferentes formas de mobilidade, que se alicerçam, todavia, numa premissa comum: a procura de amenidades e novos estilos de vida

¹ Consulte-se, a título de exemplo, o sítio: <http://www.samigration.com/index.php>.

² Alguns autores (Williams, King e Warnes, 2004) alertam para o facto do conceito de residência secundária se encontrar actualmente desactualizado, sendo mais correcto designa-la “habitação alternativa” ou “múltipla habitação”.

(Warnes, 2001; Warnes, 2004; Williams, King e Warnes, 2004; O'Reilly, 2007; Stones e Stubbs, 2007; Gosnell e Abrams, 2009).

A complexidade da destrição entre turismo residencial, residência secundária e migrações pós-reforma tem que ver com o carácter intrincado destas formas de mobilidade. Estas questionam a aplicabilidade das concepções neoclássicas da teoria das migrações, segundo as quais os movimentos migratórios são orientados por condicionalismos económicos. (Breuer, 2005).

Efectivamente, os trabalhos elaborados em torno desta temática não reúnem consenso. Se por um lado, seguindo uma perspectiva holística, alguns autores (Shaw and Williams, 1994; Rodriguez, 2001) associam o “turismo residencial” a um grupo concreto (e.g. reformados), que assume um padrão de comportamento particular (incluindo aqui, indissociavelmente, migrações permanentes e temporárias), outros (Vera, 1997, cit. por Rodriguez, 2001; Breuer, 2005) optam por associar o “turismo residencial” a um comportamento turístico, caracterizado por períodos de estada descontínuos ao longo do ano e uma relação de consumo relativamente ao local de destino. Finalmente, encontram-se investigadores (O'Reilly, 2000; Williams et al., 1997; Balkir e Kirkulak, 2007) que analisam este espectro conceptual como um *continuum*, no que Munres (1996, cit. por Rodríguez, 2001: 52) sintetiza: “Verifica-se um continuum de situações, dificilmente mensuráveis estatisticamente, o que dificulta a destrição simples entre “turista” e “residente” “. Williams e Hall (2000, cit. por Gustafson, 2002: 899) reforçam igualmente a necessidade de analisar “the gray zone of the complex forms of mobility which lie on a continuum between permanent migration and tourism”.

Partindo deste *continuum*, Vera (1997, cit. por Rodriguez, 2001), tendo por base o período de permanência, destrição entre turistas de fim-de-semana, turistas sazonais e residentes semi-permanentes / permanentes. Por seu turno, Rodríguez (2001) entende esta gradação de situações como complementares, funcionando o turismo como elemento captador de migrantes pós-reforma.

Por sua vez, O'Reilly (2000) e Williams et al. (1997) apresentam uma tipologia similar, estruturada em cinco categorias, baseada no sentimento de pertença em relação ao país de origem e acolhimento. Na primeira, incluem os expatriados (permanentes, com um sentimento de pertença forte em relação ao país de acolhimento); residentes (em termos de estatuto legal, mas visitam sazonalmente o país de origem por períodos de 2 a 5 meses); visitantes sazonais (com maior ligação com o país de origem, despendem 2 a 6 meses no país de destino); retornados (normalmente detentores de segunda habitação que visitam intermitentemente) e turistas (identificam-se com o local de acolhimento enquanto destino turístico).

De facto, o estatuto legal dos migrantes permite distinguir claramente entre os turistas e residentes sazonais, e migrantes pós-reforma. Todavia, devido à perda de benefícios, nomeadamente relacionados com cuidados de saúde, escassez de informação sobre os

procedimentos a efectuar para obter o registo no país de acolhimento, a preferência pelo anonimato, a natureza sazonal da migração e intuito de regressar ao país de origem, parte dos migrantes pós-reforma opta por não actualizar a sua situação residencial. Este procedimento funciona assim como um obstáculo à individualização e quantificação do fenómeno das migrações pós-reforma (King, Warnes e Williams, 1998, 2000; Rodríguez, 2001).

Considerando estes pontos, torna-se assim possível distinguir os três conceitos referidos quer ao nível temporal, quer ao nível etimológico, numa gradação que se prolonga entre o domínio do turismo até, no outro extremo, ao domínio das migrações.

Deste modo, o turismo residencial, que se encontra associado à cadeia do produto turístico, encontra-se profundamente relacionado com a dimensão da residência secundária, contribuindo este último fenómeno para a atracção de residentes permanentes, entre os quais se incluem os migrantes pós-reforma.

Na verdade, o conceito de imigrante não é consensual, sendo possível encontrar diversas percepções sobre o fenómeno da imigração, que destacam dimensões distintas: o período temporal, a distância da migração, o processo de integração e decisão. Reportando especificamente ao caso português, as duas principais fontes de informação sobre migrações, apresentam conceitos de imigrante distintos. O SEF considera, para fins estatísticos, como imigrante, todo o indivíduo que entre no país, independentemente da finalidade da sua migração e período de permanência. O INE, por seu turno, distingue imigrantes temporários e imigrantes permanentes.

Os estudos que analisam, em particular, o fenómeno das migrações pós-reforma, adoptam definições específicas que permitem delimitar a amostra de residentes a inquirir. Por norma, estes admitem como limite mínimo de permanência no país de destino, seis meses (King, Warnes e Williams, 1998, 2000; Williams e Patterson, 1998; Warnes et al., 1999).

Não obstante as fragilidades registadas na identificação e delimitação do fenómeno das migrações pós-reforma, torna-se possível agrupar os estudos que abordam a temática da migração internacional de reformados em quatro grupos, de acordo com as abordagens adoptadas: no primeiro inserem-se os estudos compostos por um enquadramento teórico e casos de estudo, onde se privilegia a dimensão migratória (Hoggart e Buller, 1995; Barou e Pradol, 1995, cit. por King, Warnes e Williams, 1998); o segundo agrega trabalhos que abordam a problemática numa perspectiva turística, colocando a ênfase na relação entre a procura e difusão turísticas e as migrações pós-reforma (Rodríguez, 2001; Gustafson, 2002); no terceiro grupo são identificados trabalhos que analisam casos de estudo, apresentando uma abordagem compósita e empírica (Rodríguez, Fernández-Mayoralas e Rojo, 1998; King, Warnes e Williams, 2000; Casado-Díaz, 2006; Gustafson, 2008); por fim, no quarto *cluster*, encontram-se estudos que incidem na questão dos estilos de vida e bem-estar dos reformados, nos locais de acolhimento (Warnes et al., 1999; Gustafson, 2001).

2.3 Breve síntese metodológica

Embora os estudos realizados sobre a temática das migrações pós-reforma evidenciem a existência de um conjunto de obstáculos à quantificação deste fenómeno, nomeadamente a escassez dos dados existentes; a reduzida clareza do conceito de migrante pós-reforma; a inexistência de uma classificação que agrupe os migrantes permanentes, semi-permanentes e sazonais e que os diferencie dos turistas residenciais; a reduzida harmonização do conceito de reformado e a inexistência de espaços de preenchimento, nas estatísticas rotineiras, para os grupos mais elevados da pirâmide etária (King, Warnes e Williams, 1998; Williams e Patterson, 1998; Casado-Díaz, Kaiser e Warnes, 2004), procurou-se, através da revisão bibliográfica e análise estatística, impulsionar algumas reflexões e esboçar pistas de investigação em torno da temática.

As principais fontes de informação utilizadas resultam da recolha estatística decenal realizada pelo Instituto Nacional de Estatística, através do recenseamento da população e da habitação (2001) e as estatísticas do SEF (2009). No caso das primeiras, é importante salientar algumas das suas limitações: por um lado, os dados encontram-se amplamente desactualizados, por outro, devido às definições estatísticas adoptadas, subestimam o número de residentes estrangeiros e cobrem um reduzido número de tópicos relativamente à sua permanência no país e situação residencial.

Considerando a diversidade sócio-económica e demográfica das freguesias localizadas em ABDA, e tendo em vista a identificação e delimitação de áreas homogéneas, no que respeita aos padrões migratórios, foram recolhidas 30 variáveis que procuram abranger um vasto espectro de dimensões: sócio-demográfica, económica, residencial e mobilidade geográfica. Recorrendo a estes indicadores, realizou-se, num primeiro momento, uma análise factorial, e, a partir dos três factores que revelaram possuir uma maior capacidade explicativa da variância total, foi aplicada uma análise de clusters.

2.4 Portugal como destino pós-reforma: uma breve análise do fenómeno

A evolução de Portugal enquanto destino pós-reforma surge, invariavelmente, associada à afirmação do Algarve enquanto área de atracção turística internacional.

Efectivamente, a difusão do turismo balnear contribuiu decisivamente para a afirmação de algumas áreas costeiras portuguesas, de que são exemplo a praia de S. Pedro de Moel e praia da Vieira (na região Centro), como pólos de atracção de turistas, residentes sazonais (Santos cit. por Caldeira, 1995). Paralelamente, acresce também a procura por áreas de elevada qualidade ambiental, de que são exemplo a serra da Lousã (Cravidão, 1989). Em ambos os casos, a procura sazonal impulsiona a fixação permanente de população oriunda da Europa do Norte.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, existiam em Portugal, em 2001, 72 355 estrangeiros oriundos da Europa, dos quais 49 220 eram oriundos de países-membros da União Europeia. A respeito destes dados, Covas (2005: 4) ressalta a tendência de feminização das migrações de curta distância, constituindo, os indivíduos do sexo feminino, 51,5% do total deste contingente migratório.

O quadro I procura conferir uma perspectiva geral sobre a distribuição geográfica das

NUTS III	EU 15	Reino Unido	Alemanha	França	Holanda
----------	-------	-------------	----------	--------	---------

quatro principais nacionalidades de migrantes pós-reforma em Portugal: britânica, alemã, francesa e holandesa.

Numa análise transversal, é possível identificar quatro pontos de reflexão: i) clara preponderância das regiões do Algarve e Lisboa enquanto principais focos polarizadores de migrantes oriundos da União Europeia (15), correspondendo, respectivamente, a 40% e 22% do total do país; ii) notável relevância da região Centro (13% do total do país) e, dentro desta, das NUTS Baixo Mondego e Pinhal Interior Norte, onde se poderá salientar a importância das áreas rurais de baixa densidade como locais de fixação de estrangeiros oriundos da Europa; iii) importância da NUT Alentejo Litoral, que concentra cerca de 34% do total da região do Alentejo; iv) domínio da Ilha da Madeira, que concentra cerca de 3 vezes mais migrantes da UE 15, quando comparada à sua congénere, Região Autónoma dos Açores.

Colocando o enfoque nas nacionalidades mais representativas em território nacional, no que respeita às migrações pós-reforma, é de assinalar que a comunidade britânica representa quase o dobro da segunda nacionalidade mais significativa – a alemã – e mais que triplica os quantitativos referentes a franceses e holandeses.

NORTE					
Minho-Lima	812	105	39	89	30
Cávado	737	84	100	156	27
Ave	481	37	107	99	28
Grande Porto	3 238	445	593	361	133
Tâmega	288	29	32	67	36
Entre o Douro e o Vouga	263	12	23	63	7
Douro	206	12	21	71	8
Alto Trás-os-Montes	569	20	10	73	9
CENTRO					
Baixo Vouga	782	69	131	171	44
Baixo Mondego	1 107	139	155	123	60
Pinhal Litoral	553	81	77	152	41
Pinhal Interior Norte	1 314	647	157	42	325
Dão-Lafões	459	59	70	78	49
Pinhal Interior Sul	99	48	24	8	5
Serra da Estrela	103	9	36	5	22
Beira Interior Norte	118	3	3	41	12
Beira Interior Sul	149	35	28	26	8
Cova da Beira	112	9	13	44	5
Oeste	1 308	451	180	195	168
Médio Tejo	532	94	70	90	79
LISBOA					
Grande Lisboa	11 040	1 640	1 586	1 408	564
Península de Setúbal	1 651	161	279	200	141
ALENTEJO					
Alentejo Litoral	896	99	419	39	172
Alto Alentejo	399	77	34	27	64
Alentejo Central	454	35	62	57	90
Baixo Alentejo	408	101	84	27	63
Lezíria do Tejo	464	64	61	67	104
ALGARVE					
Algarve	19 895	10 795	3 472	875	2 130
RA AÇORES					
RA Açores	772	92	317	62	36
RA MADEIRA					
RA Madeira	2 276	912	429	156	112
TOTAL	49 209	16 364	8 612	4 872	4 579

Quadro I – Distribuição da população da UE 15/ principais nacionalidades em Portugal (2009)

Ao nível da distribuição geográfica destas comunidades, é notável a sua concentração na região algarvia – 66% no caso da comunidade britânica; 40,3% no caso da alemã e 46,5% para os holandeses; apenas no caso da comunidade francesa a concentração é menos evidente, sendo sobretudo visível, para além da região de Lisboa, a Norte do rio Tejo. A tradicional ligação,

por via da emigração portuguesa, de povoações do Norte do país com França, poderá explicar a maior preponderância desta comunidade na região Norte e Centro.

Partindo novamente da mesma amostra de população, o quadro II procura caracterizar a população estrangeira residente em Portugal de acordo com os grupos etários mais representativos. No conjunto da população da UE 15, são os grupos etários adultos: 20-29 e 30-39 anos que assumem maior proporção no total. No entanto, é de assinalar a importância dos grupos etários do topo da pirâmide (≥ 60 anos), que representam 15,8% do conjunto. Realizando a mesma análise para as nacionalidades mais relevantes entre os migrantes pós-reforma, é possível destringir entre dois padrões distintos, que podem ser sintetizados através de uma gradação: por um lado destaca-se o Reino Unido, sendo a comunidade britânica a mais envelhecida, de entre as quatro em análise (11,9% da população situa-se entre os 50-64 anos); em segundo lugar, a comunidade holandesa, caracterizada por imigrantes localizados no meio da pirâmide (18,7% entre os 30-59 anos), e, por fim, a comunidade alemã e francesa, apresentando um perfil mais jovem (no primeiro caso, 16,8% da população situa-se entre os 20-49 anos e, no caso francês, 17,8% da população tem entre 20 e 39 anos).

Quadro II – Distribuição da população europeia residente em Portugal por grupos etários, em 2009 (%)

Fonte: Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001

Grupos etários	Nacionalidades (%)				
	EU 15	Reino Unido	Alemanha	França	Holanda
0-9	9.6	2.7	2.9	4.0	2.8
10-19	12.4	2.6	3.7	6.9	2.6
20-29	21.6	2.6	5.5	12.5	2.6
30-39	16.6	4.7	5.6	5.1	6.0
40-49	12.4	4.9	5.7	2.0	6.1
50-59	11.8	6.8	4.9	1.4	6.6
60-64	9.0	5.1	3.6	0.9	4.5
70-79	4.8	2.9	1.0	0.5	1.8
≥ 80	2.0	0,9	0,4	0.1	0.4
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

2.5 Algarve como destino pós-reforma: de “british enclave” a “empty nest”

As migrações pós-reforma constituem uma forma de mobilidade espacial relativamente bem consolidada, todavia, foi apenas num período mais recente – finais do século XX – que

assumiu maior preponderância. O Algarve revela-se paradigmático desta tendência, pois embora desde 1930 existissem pequenas comunidades de britânicos residentes (“british enclave”), o inquérito aplicado aos migrantes pós-reforma residentes no Algarve na década de 90 do século passado (*vide* King, Williams e Warnes, 1998), demonstrou que esta dinâmica é consideravelmente recente – 34,7% dos inquiridos estabeleceram-se no Algarve desde 1990 e 71,2% chegaram depois de 1984 (Williams e Patterson, 1998: 135). Estes valores são mais expressivos quando comparados com, por exemplo, Malta, Toscana (Itália) e Costa do Sol (Espanha) (King, Williams e Warnes, 1998).

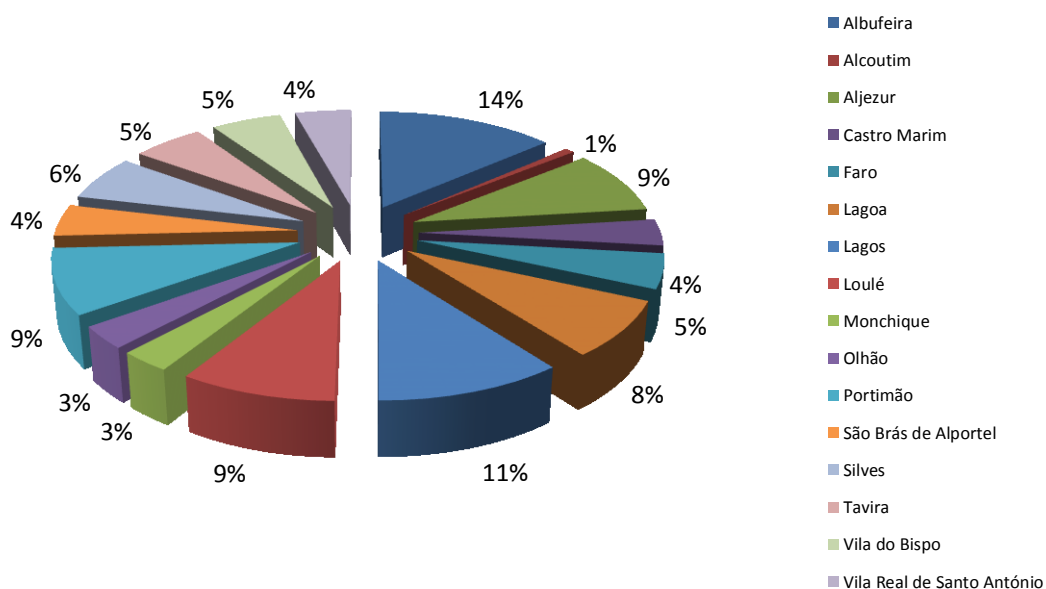
Partindo de uma breve análise diacrónica, é possível verificar que, em meados do século XX, o potencial turístico do Algarve encontrava-se ainda pouco explorado. As primeiras “colónias britânicas” surgem entre 1920 e 1930, sobretudo localizadas na região do *barlavento* algarvio, prolongando-se num eixo entre a serra (Monchique) e o mar (praia da Rocha).

A Segunda Guerra Mundial retarda consideravelmente o desenvolvimento turístico da região. É, no entanto, no período pós-guerra, que surgem os grandes empreendimentos turísticos, de que são exemplo os hotéis da Penina e Vale do Lobo, que procuram atrair turistas com elevados rendimentos. Fundamental para o sucesso desta estratégia de marketing foi também a abertura do aeroporto de Faro, em 1965, que, tal como salientam Williams e Patterson (1998), permitiu captar turistas que anteriormente optavam por alojarem-se em Gibraltar, Sevilha ou Lisboa. Efectivamente, os números de dormidas nos hotéis do Algarve não pararam de crescer desde então: de 232 em 1950 para 31 417 em 1960, 1,1 milhões na década seguinte e 7,3 milhões em 1988 (Silva e Silva, 1991, cit. por Williams e Patterson, 1998:139).

Neste contexto, desenvolveram-se dois principais focos de concentração destes migrantes: o primeiro localizado na zona *Centro-Sotavento* algarvio, que se foi alargando à cidade de Albufeira e um segundo (mais consolidado), no *barlavento*, em torno das cidades de Portimão e Lagos (eixo Praia da Rocha – Vila da Luz).

A partir da observação da figura 1, é notável verificar que, volvido mais de meio século face à análise anterior, a distribuição geográfica das migrações pós-reforma, no Algarve, não

Figura 1 - Proporção de população estrangeira nos concelhos do Algarve (2009)



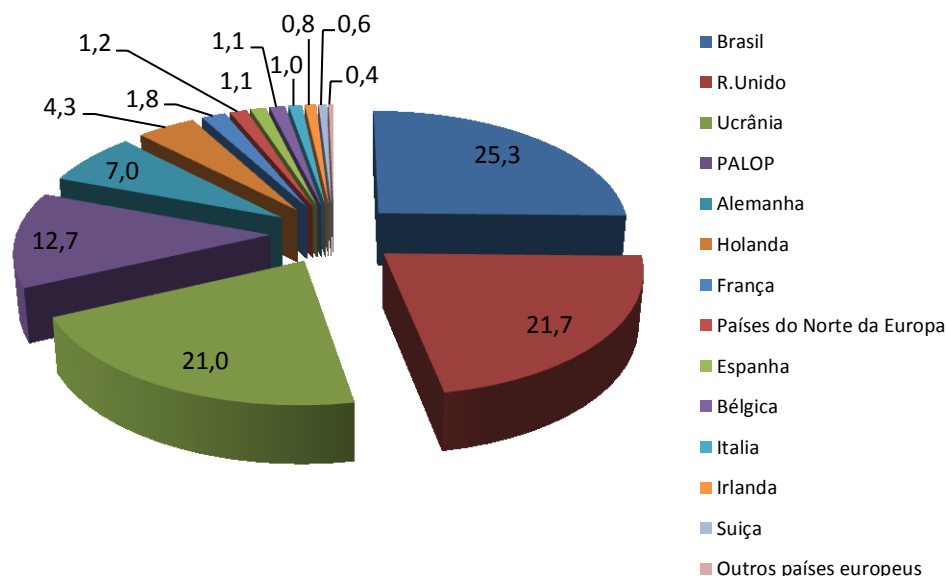
apenas se consolidou, mas também se ampliou, criando bacias mais amplas de disseminação do fenómeno.

Fonte: SEF, 2009

Efectivamente, é possível identificar dois principais focos de concentração da população estrangeira residente no Algarve, que, como será discutido posteriormente, corresponde, em traços gerais, a um decalque similar à distribuição dos migrantes pós-reforma na região. O primeiro corresponde ao eixo *Centro-Sotavento*, destacando-se Albufeira, com a maior proporção de população estrangeira (14%) e Loulé (9%); o segundo, desenvolve-se em torno das principais cidades do *Barlavento* algarvio – Lagos e Portimão – estendendo-se até Aljezur, na Costa Vicentina, no que poderá ser identificado como uma nova tendência de dispersão do fenómeno.

A análise das dinâmicas de fixação da população do Norte da Europa no Algarve, a partir da década de 70, evidencia uma dinâmica de *clusterização* geográfica na origem e destino destes migrantes. Efectivamente, como salientam Williams e Patterson (1998:139), mais de metade dos 980 estrangeiros residentes no Algarve, em 1970, com autorização de residência, eram originários do Reino Unido.

Figura 2 - Estrangeiros residentes no Algarve, por nacionalidade (2009)

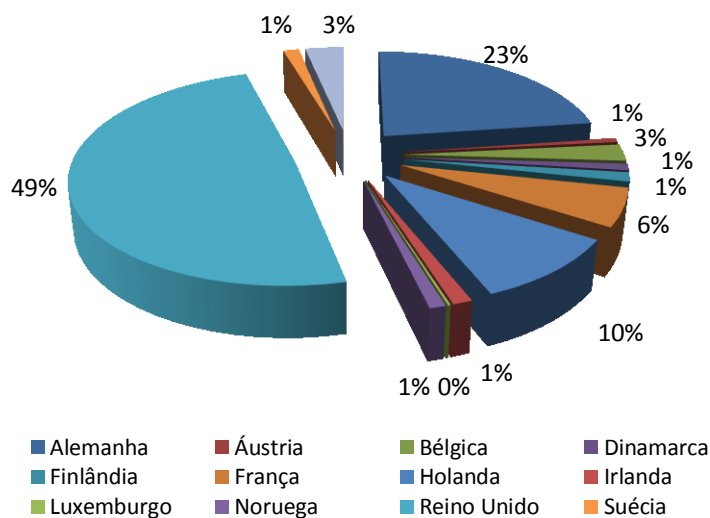


Fonte: SEF, 2009

Prosseguindo uma análise ao nível das nacionalidades mais representativas no Algarve (fig.2), é possível identificar duas dinâmicas principais: em primeiro lugar, é de salientar que, embora a comunidade brasileira seja a mais numerosa na região, a segunda comunidade mais representativa – com uma diferença de apenas 4% - é a comunidade britânica, que concentra 21,7% do total; em segundo lugar, note-se a especificidade do Algarve, uma vez que, considerando as seis nacionalidades mais significativas, três delas correspondem a exemplos de países emissores de migrantes pós-reforma: britânica, alemã e holandesa.

De facto, incidindo com maior enfoque nas principais nacionalidades emissoras de migrantes pós-reforma (fig.3), é possível tecer quatro comentários essenciais: i) clara predominância da comunidade britânica, representando cerca de metade do total de migrantes pós-reforma na região; ii) concentração marcada em torno de duas nacionalidades, que correspondem a quase três quartos do total – britânica e alemã; iii) é interessante verificar que, entre as três nacionalidades mais representativas, a que se soma a holandesa, existem *decalages* de mais de metade do contingente total, i.e., a comunidade britânica corresponde a mais de metade da alemã e, a última, a mais de metade da Holandesa; iv) as restantes nacionalidades somadas não atingem um quarto do total, assumindo, individualmente, valores residuais (exceção feita para o caso francês).

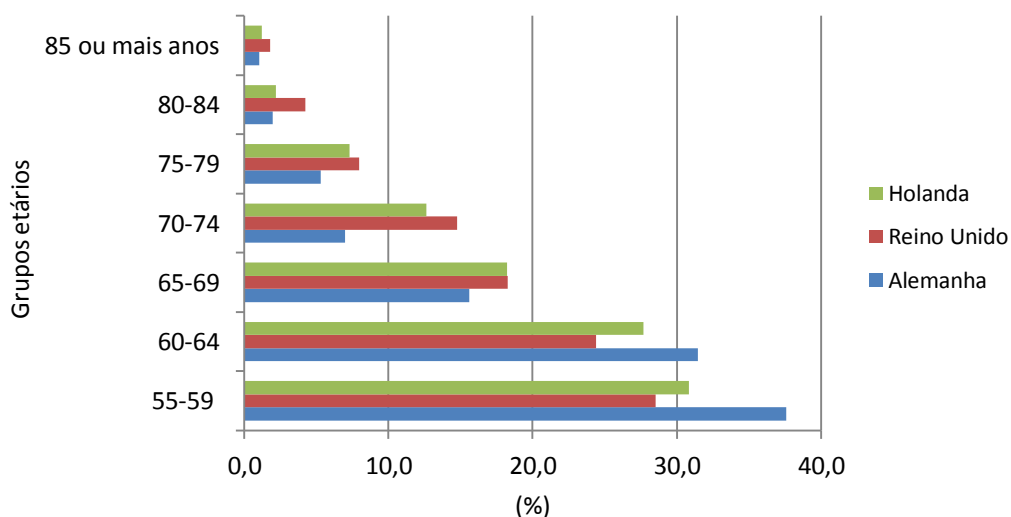
Figura 3 - Principais nacionalidades pós-reforma no Algarve (2001)



Fonte: INE, 2001

No que respeita à distribuição destes migrantes por grupos etários (figura 4), é de ressaltar a sua maior concentração em torno dos estratos do topo da pirâmide, denotando que, no Algarve, a presença de migrantes da Europa do Norte e Ocidental, está amplamente associada a migrações pós-reforma.

Figura 4 - Migrantes mais representativos, por grupos etários acima do limiar pós-reforma (2001)



Fonte: Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001

Considerando os três grupos de migrantes norte-europeus mais representativos no Algarve – britânicos, alemães e holandeses – e os estratos etários a partir dos quais poderemos considerá-los como migrantes pós-reforma, torna-se possível destriçar perfis de idade distintos.

A maior dissemelhança é identificada entre britânicos e alemães, concentrando-se os primeiros nos grupos etários acima dos 65 anos, sendo notória a sua relevância nos estratos mais elevados da pirâmide, designadamente a partir dos 80 anos; por seu turno, os migrantes de nacionalidade alemã predominam nos grupos etários menos envelhecidos – entre os 55 e os 64 anos (considerando o limiar pós-reforma utilizado). A adição da comunidade holandesa, funciona como elemento de relativização da análise, pois esta situa-se, invariavelmente, numa situação intermédia face aos dois casos anteriores, com tendência para seguir padrões mais consentâneos com os migrantes pós-reforma alemães.

Esta análise revela-se harmoniosa com algumas das conclusões evidenciadas por Covas (2005) num estudo que procura retratar o Algarve enquanto área de atracção de migrantes da União Europeia. Nesta análise, refere-se que a maior parte da amostra recolhida é constituída por população reformada (57,42%), um valor marcadamente acima da percentagem indicada pelo INE (32, 3%). Efectivamente, salienta-se que a dissimilaridade do universo de estudo, relativamente às restantes correntes migratórias, consiste no facto da maior proporção destes cidadãos ser, simultaneamente, reformada, casada e de se encontrar numa fase do ciclo familiar designada de ninho vazio “empty nest” (Covas, 2005: 5-6).

Em concordância com o perfil traçado anteriormente neste ensaio, salienta-se ainda que a distribuição dos inquiridos, por grupos etários, neste mesmo estudo (Covas, 2005), concentra-se essencialmente acima dos 50 anos. Williams e Patterson (1998: 135) identificam uma dinâmica interessante no seu estudo sobre este fenómeno no Algarve, ressaltando a tendência para um envelhecimento da população nos períodos de chegada mais recente – efectivamente, no período 1961-75, 48,3% dos respondentes indicavam possuir idade igual ou inferior a 50 anos, todavia, no período de chegada entre 1991-96, mais de metade dos inquiridos (52,4%) referem situar-se no grupo etário entre os 51 e os 60 anos, sendo que apenas 7,9% se situava na classe etária mais baixa (≤ 50).

2.5.1 Migrações em áreas de baixa densidade do Algarve: pistas de análise sobre os meandros das novas teias de mobilidade pós-reforma

A discussão do fenómeno das migrações pós-reforma em ABDA³ não pode, nem deve, ser dissociado da evolução do fenómeno na região. Efectivamente, as análises mais compósitas sobre o tema, abordam esta realidade de forma holística, salientando, sistematicamente, a relevância das áreas rurais com elevada qualidade ambiental:

“Most permanent, and some seasonal residents, live in the rural hinterland, although this itself is divided into two sub-zones: north and south of the EN125 highway. The south is more densely settled although still largely rural, while the north is more agricultural, hilly and – in the far north – rather inaccessible”. (King, Warnes e Williams, 1998: 65).

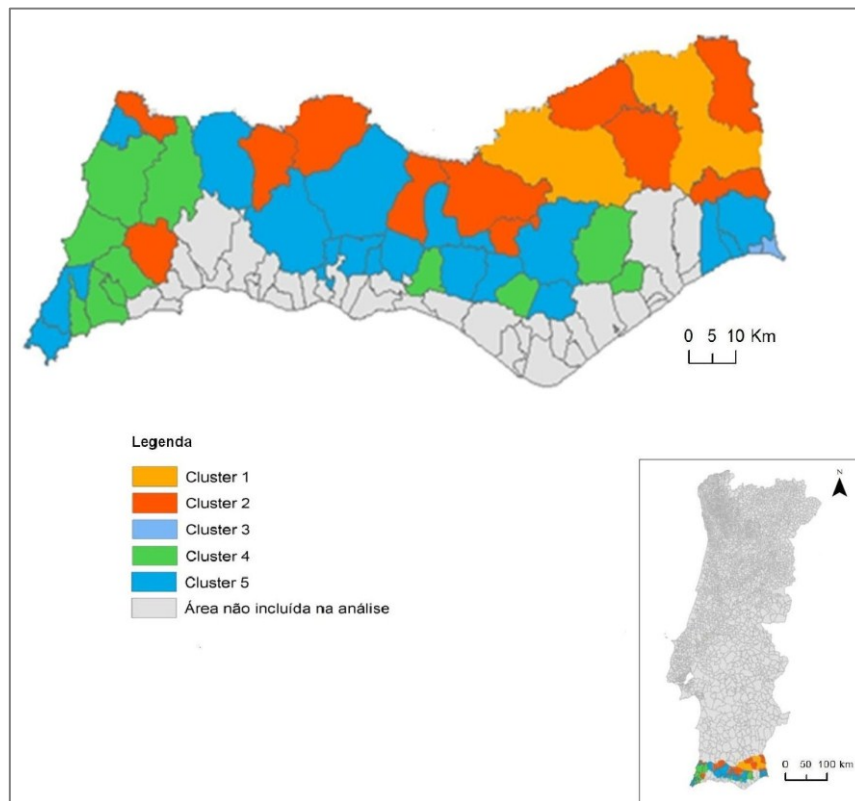
As ABDA correspondem a cerca de três quartos do território da região algarvia e, à semelhança das áreas rurais portuguesas, possuem uma paisagem rural e emprego agrícola bastante acima das médias nacional e comunitária; densidades populacionais inferiores às médias da região e do país; população a diminuir há mais de 20 anos e índices de envelhecimento em crescimento acentuado (CCDR Algarve, 2002: 16). De acordo com a delimitação realizada pela CCDR Algarve (CCDR Algarve, 2002), estas são compostas por três zonas distintas: Costa Vicentina, Barrocal/Serra e Baixo Guadiana.

Considerando a ampla extensão e diversidade destes territórios, bem como a especificidade da análise desenvolvida, procurou-se delimitar áreas homogéneas e territorialmente menos vastas.

Através da aplicação da técnica da análise factorial, foram identificados três factores principais, que, no total, explicavam 63% da variância total. O primeiro foi designado como *dinamismo sócio-demográfico*, sendo que as principais variáveis que contribuem para a sua definição são a taxa de actividade (0,95) e o índice de dependência de idosos (-0,94); o segundo factor, para o qual contribuem a proporção de residentes de principais países emissores de migrantes pós-reforma (0,96) e proporção de população estrangeira (0,96), foi identificado como *concentração de população estrangeira*; por fim, para o terceiro factor, designado como *Áreas densamente povoadas*, contribuem sobretudo as variáveis densidade de alojamentos (0,93) e densidade populacional (0,90).

³ As ABDA, de acordo com a delimitação apresentada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2002), que servirá de referência neste estudo, correspondem a 47 freguesias, integradas em 13 concelhos do Algarve (num total de 16). Por ordem, do Barlavento para Sotavento algarvio): Vila do Bispo (Barão de S. Miguel, Budens, Raposeira, Sagres); Aljezur (Aljezur, Bordeira, Odeceixe, Rogil); Lagos (Barão de São João, Bensafrim); Monchique (Alferce, Marmelete, Monchique); Silves (Alcantarilha, Algoz, São Bartolomeu de Messines, São Marcos da Serra, Silves, Tunes); Albufeira (Paderne); Loulé (Alte, Ameixial, Benafim, Boliqueime, Querença, Salir, São Clemente, São Sebastião, Tôr); Faro (Estói e Santa Bárbara de Nexe); S. Brás de Alportel (S. Brás de Alportel); Tavira (Cachopo, Santa Catarina Fonte Bispo, Santo Estêvão); Alcoutim (Alcoutim, Giões, Martinlongo, Pereiro, Vaqueiros) Castro Marim (Altura, Azinhal, Castro Marim, Odeleite) e Vila Real de Santo António (Monte Gordo, V.N. Cacula, Vila Real Santo António).

Figura 5 – Representação dos cinco grupos identificados



Fonte: Cartografia própria

Considerando na análise os três principais factores identificados anteriormente, foi possível delimitar cinco áreas homogéneas. Embora em versões preliminares da mesma análise, se tenham individualizado grupos, de acordo com as nacionalidades mais representativas, i.e., britânicos na área *Centro-Sotavento* e alemães e holandeses num eixo a *Barlavento - Costa Vicentina*, na versão final apresentada, surgem eixos transversais a todo o Algarve (clusters 2, 4 e 5), e, simultaneamente, *clusters* muito polarizados territorialmente, que correspondem a áreas normalmente geograficamente contíguas, que possuem características similares do ponto de vista sócio-demográfico (*clusters* 1 e 3).

Por questões de síntese e pertinência, serão apenas caracterizados com maior pormenor os dois principais grupos identificados.

Cluster 4 – Áreas de concentração de população estrangeira / migrantes pós-reforma

Este grupo agrega freguesias concentradas territorialmente em duas áreas distintas – Costa Vicentina, a Oeste, e Barrocal Algarvio, a Leste. Trata-se das freguesias que apresentam maiores quantitativos de população estrangeira, e também, de migrantes pós-reforma. São áreas com considerável dinamismo sócio-económico e cuja densidade de alojamentos / populacional não é, todavia, significativa. Geograficamente, inserem-se em áreas muito atractivas para a população europeia – no primeiro caso devido à qualidade paisagística e menor pressão imobiliária – e, no segundo, devido à proximidade ao aeroporto de Faro.

Cluster 5 – Áreas de implantação turística / densamente povoadas

Embora o grupo 5, devido ao elevado número e diversidade de freguesias de agrega, apresente alguma complexidade na sua caracterização, é possível identificá-lo como congregando as freguesias com elevado potencial turístico e marcada densidade de alojamentos / populacional, de que são exemplo Sagres, no extremo Oeste, Paderne, no Centro e Monte Gordo no Sotavento. Em termos sócio-demográficos, este grupo apresenta menor dinamismo que o anterior, não aglutinando, no entanto, as freguesias serranas menos dinâmicas, que se concentram principalmente no *cluster 2*.

Na sequência da classificação anterior, as figuras 6 e 7 procuram analisar a distribuição geográfica da população de nacionalidade estrangeira e, especificamente de migrantes pós-reforma, em algumas freguesias de baixa densidade. A segunda figura funciona quase como um decalque uma primeira, remetendo claramente para o facto da maioria dos estrangeiros residentes nestas freguesias, serem simultaneamente oriundos de países emissores de migrantes pós-reforma. Efectivamente, é de salientar a preponderância das freguesias da Costa Vicentina e extremo oeste, como sendo aquelas onde a proporção de estrangeiros assume maior relevância. Note-se, a título de exemplo, os casos de Barão de São João, Barão de São Miguel, Budens ou Bordeira; por contraponto, saliente-se a quase inexpressividade deste tipo de migração nas freguesias serranas do Sotavento, e.g., Cachopo, Ameixial ou Martim Longo.

Figura 6 – Proporção de população estrangeira residente em freguesias de baixa densidade seleccionadas (2001)

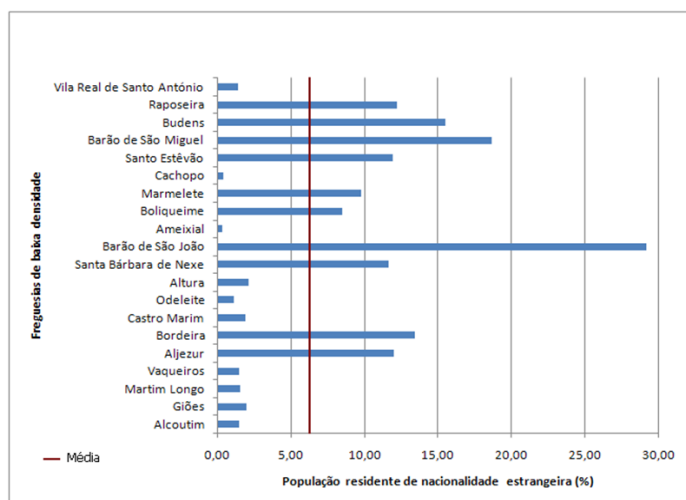
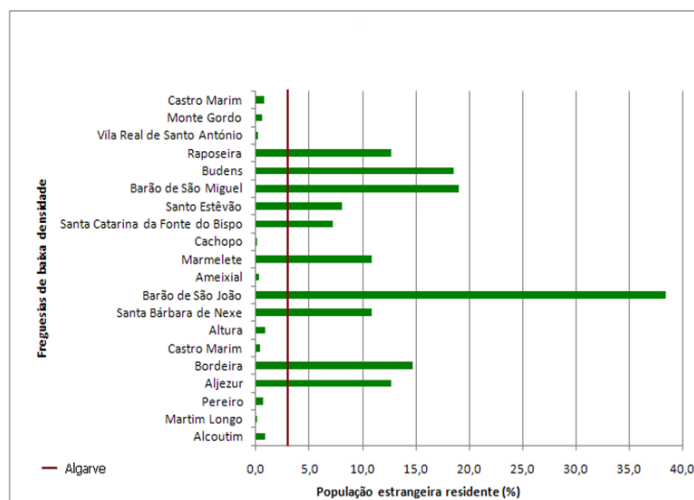


Figura 7 – Proporção de residentes estrangeiros oriundos de países emissores de migrantes reforma



Fonte: INE, 2001

2.6 Migrações pós-reforma em áreas rurais de baixa densidade do Algarve: reflexões finais e pistas de investigação

Embora o fenómeno das migrações pós-reforma não constitua uma dimensão recente, não se encontra substancialmente explorada do ponto de vista académico. Os primeiros estudos realizados sobre o tema apontam para uma abordagem associada ao desenvolvimento turístico dos locais de implantação, não cobrindo, e.g., a dimensão da mobilidade geográfica destes migrantes.

Efectivamente, existe uma lacuna de estudos que observem este tipo de mobilidade do ponto de vista geográfico e dos fluxos, destringendo o fenómeno da dimensão turística, pois embora a sua génese esteja fortemente imbricada com o turismo, não constituem, na verdade, uma realidade comum.

Com efeito, as análises realizadas observam os migrantes pós-reforma como “turistas permanentes”, incidindo fracamente na destringência entre turismo residencial, residência secundária e migração pós-reforma, privilegiando uma abordagem inter-regional, em detrimento da análise internacional do fenómeno. Esta situação justifica-se pela escassez e fraca harmonização dos dados estatísticos existentes, bem como pela fraca articulação transnacional.

A análise de dados estatísticos disponibilizados pelo INE e SEF, permitiu reforçar a relevância do Algarve enquanto região onde a importância relativa (e absoluta) da população estrangeira oriunda da Europa e, designadamente, de migrantes pós-reforma é marcadamente superior às das restantes regiões do país. Efectivamente, apenas a região do Algarve congrega 40% do total de estrangeiros da UE dos 15, residentes no país. Quando a análise é decomposta ao nível das nacionalidades mais representativas, a preponderância da comunidade britânica evidencia-se, constituindo estes migrantes cerca de metade dos europeus residentes no Algarve. É também de salientar, enquanto contingentes assinaláveis, a comunidade alemã e holandesa.

No que respeita à sua caracterização genérica, em consonância com estudos anteriores (King, Warnes e Williams, 1998; Covas, 2005), verifica-se que os migrantes pós-reforma britânicos são notoriamente mais idosos, sendo notória a sua relevância nos estratos mais elevados da pirâmide etária, designadamente nos estratos => 80 anos; contrariamente, os migrantes de nacionalidade alemã predominam nos grupos etários menos envelhecimentos (55-64 anos).

Ao nível empírico, foi possível identificar, recorrendo à aplicação de técnicas multivariadas da análise factorial e análise de clusters, cinco grupos distintos de freguesias de baixa densidade do Algarve, que apresentam padrões diferenciados, ao nível demográfico e sócio-económico.

Considerando os padrões territoriais apresentados, é possível identificar duas dinâmicas diferenciadas: i) padrão disseminado, cobrindo transversalmente toda a região algarvia; ii) padrão concentrado, delimitando-se a áreas geograficamente contíguas. No que respeita ao primeiro

padrão territorial, é ainda possível verificar uma gradação latitudinal, sendo que os grupos mais a Sul concentram as freguesias mais dinâmicas do ponto de vista social e demográfico, onde existe maior preeminência de migrantes pós-reforma, e mais para Norte, é possível encontrar os *clusters* que reúnem as freguesias serranas, com menor capacidade de atracção/fixação deste tipo de migrantes.

Referências

Balkir C. e Kirkulak, G. (2007) "Turkey as a New Destination for Retirement Migration". Paper apresentado na conferência: "International migration, multi-local livelihoods and human security: Perspectives from Europe, Asia and Africa". Holanda, Instituto de Estudos Sociais.

Breuer, Toni (2005) "Retirement Migration or rather Second-Home Tourism? German Senior Citizens on the Canary Islands". *Die Erde*, 136 (3): 313-333.

Brown, D. e Glasgow, N. (2008) *Rural Retirement Migration*. The Springer Series on Demographic Methods and Population Analysis, Vol. 21, Springer: 21-48.

Caldeira, Maria José Boavida (1995) *Residência Secundária na área metropolitana de Lisboa: Outros espaços, outras vivências*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Casado-Díaz, M., Kaiser, C. e Warnes, A. (2004) "Northern European retired residents in nine southern European areas: characteristics, motivations and adjustment". *Ageing and Society*, UK, Cambridge University Press: 353-381.

Casado-Díaz, M. (2006) "Retiring to Spain: an analysis of differences among north European nationals". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 32, nº 8: 1321-1339.

CCDR Algarve (2002) *Plano Estratégico para as áreas de baixa densidade do Algarve*. Freitas, M. (Coord.), Vol. 1, Faro: 12-17.

Chou K. (2007) "Cross-border retirement migration plan in Hong Kong middle-aged adults". *Habitat International*, 31: 366-374.

Covas, M. (2005) "Algarve: de destino turístico a região de preferência migratória de cidadãos da União Europeia". I Congresso Internacional sobre "A imigração em Portugal e na União Europeia", Vila Real de Santo António.

Cravidão, Fernanda Delgado (1989) *Residência Secundária e Espaço Rural – Duas aldeias na Serra da Lousã – Casal Novo e Talasnal*. Col. Estudos 10, Faculdade Letras, Coimbra.

Dixon, D., Murray, J. e Gelatt, J. (2006) *America's Emigrants: US retirement migration to Mexico and Panama*. Papademetriou, D. (dir.), Migration Policy Institute, Washington DC: 23-39 [Acedido em 20 de Novembro de 2008]. http://www.migrationpolicy.org/pubs/americas_emigrants.pdf

Gosnell, H e Abrams, J. (2009) "Amenity migration: diverse conceptualizations of drivers, socioeconomic dimensions, and emerging challenges". *GeoJournal*, Springer: s/pag.

Gustafson, P. (2001) "Retirement migration and transnational lifestyles". *Ageing and Society*, vol.21, nº 4, Cambridge University Press: 371-394.

Gustafson, P. (2002) "Tourism and seasonal retirement migration". *Annals of Tourism Research*, vol. 29, nº 4: 899-918.

Gustafson, P. (2008) "Transnationalism in retirement migration: the case of NorthEuropean retirees in Spain". *Ethnic and Racial Studies*, vol. 31 (3): 451-475.

Hoggart, K. e Buller, H. (1995) "Retired British Home Owners in Rural France". *Ageing and Society*, vol.15, tema 3, Cambridge University Press: 325-353.

INE (2001) *Recenseamento da População e da Habitação*, Instituto nacional de estatística, Lisboa.

King, R., Warnes, A. e Williams, A. (1998), "International retirement migration in Europe". *International Journal of Population Geography*, 4: 91-111.

King, R., Warnes, A. e Williams, A. (2000) *Sunset Lives. British Retirement Migration to the Mediterranean*. Berg Publisher, UK.

Lardiés, R. (1999) "Migration and Tourism Entrepreneurship: North-European Immigrants in Cataluña and Languedoc". *International Journal of Population Geography*, 5, Jonh Wiley & Sons, Ltd, UK: 477-491.

Ono, M. (2008) "Long-Stay Tourism and International Retirement Migration: Japanese Retirees in Malaysia". *Senri Ethnological Reports*. Yamashita et al., eds, 77: 151–162.

O'Reilly, K. (2000) *The British on the Costa Del Sol: Transnational Identities and Local Communities*, Routledge: 50-70.

O'Reilly, K. (2007) "The Rural Idyll, Residential Tourism, and the Spirit of lifestyle migration". Comunicação apresentada na conferência da Associação de antropólogos sociais do Reino Unido e Commonwealth – Thinking through tourism.

Rodríguez, V., Fernández-Mayoralas, G. e Rojo, F. (1998) "European Retirees on the Costa del Sol: a Cross-National Comparison". *International Journal of Population Geography*, 4: 183-200.

Rodríguez, V. (2001) "Tourism as a recruiting post for retirement migration". *Tourism Geographies*, 3 (1): 52-63.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – [Acedido em 10 de Outubro de 2010]
<http://sefstat.sef.pt/>

Warnes, A., King, R., Williams, A. e Patterson, G. (1999) "The well-being of British expatriate retirees in southern Europe". *Ageing and Society*, vol.19, nº 6: 717-740.

Warnes, A. (2001) "The International Dispersal of Pensioners from Affluent Countries". *International Journal of Population Geography*, 7, UK, John Wiley & Sons, Ltd: 373-388.

Warnes, A. (2004) "Older foreign migrants in Europe: multiple pathways and welfare positions". *Ageing and Diversity*, Daatland, S. e Biggs, S. (ed.), Bristol, Policy Press.

Warnes, A. e Williams, A. (2006) "Older Migrants in Europe: A New Focus for Migration Studies". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 2, No.8, UK, Routledge: 1257-1281.

Williams, A. e Patterson, G. (1998) " 'An Empire Lost but a Province Gained': A Cohort Analysis of British International Retirement in the Algarve". *International Journal of Population Geography*, 4, UK, John Wiley & Sons, Ltd: 135-155.

Williams, A., King, R. e Warnes, A. (2004) "British Second Homes in Southern Europe: Shifting Nodes in the Scapes and Flows of Migration and Tourism". *Tourism, Mobility and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground*. Channel View, Clevedon, Somerset: 97-112.